

EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE AS POLÍTICAS EDUCATIVAS ADOTADAS NA REGIÃO NORDESTE

Alan Nascimento Rodrigues (UFCG)
alanmsn10@hotmail.com

Profa. Dra. Luciana Leandro da Silva (PPGED/UFCG)
luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere em um projeto mais amplo, que está analisando a nível nacional as políticas educativas adotadas por governos estaduais e municipais no contexto da pandemia, buscando responder as seguintes questões: que políticas e soluções têm sido adotadas pelas secretarias estaduais e municipais de educação mediante a pandemia da Covid-19? Será que tem ocorrido transferência ou mobilidade de políticas educativas? Políticas similares têm se espalhado e se disseminado por diferentes lugares com a pandemia, seguindo a lógica do Movimento global de reforma educacional, também conhecido como GERM - *Global Education Reform Movement* ou como alternativas menos padronizadas e menos baseadas nos parâmetros do GERM. Esse projeto de reforma educativa também se expande no Brasil, com fortes acentos neoliberais e empresariais. Este movimento, todavia, não é apenas econômico, como nos aponta Apple (2000; 2003), mas bem articulado com interesses neoconservadores que confluem para uma aliança política conservadora ou, como indica Freitas (2018), uma nova direita com velhas ideias.

Nesse sentido, a intenção do presente estudo será, a partir dos resultados parcialmente levantados no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica, trazer algumas considerações sobre as principais políticas adotadas na região Nordeste do Brasil e, mais especificamente, no estado da Paraíba, para enfrentar os seus problemas relativos à educação básica gerados no contexto da atual pandemia. Assim buscaremos analisar as tendências de mobilidade e com quais características as políticas educativas vêm sendo construídas no contexto da pandemia e de sua transição para a pós-pandemia.

DESENVOLVIMENTO

Apresenta-se aqui os resultados obtidos até o momento a partir do levantamento e da busca em fontes importantes de informação, como o Portal do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Seccional Paraíba (UNDIME-PB), bem como em sites das Secretarias de Educação dos Estados e de entidades e organizações privadas parceiras. Trata-se de um trabalho de descrição e análise das principais ações tomadas pelas secretarias de educação dos Estados tendo em vista a manutenção das atividades educacionais no contexto da pandemia que assola no Brasil e o mundo. Quando analisadas a fundo, tais ações poderão indicar possíveis tendências de mobilidade de políticas e os principais atores interessados ou que tenham influenciado na tomada de decisão por parte das redes de educação de cada Estado e conseqüentemente da Região Nordeste.

Levando em conta o período de pandemia do Novo Coronavírus, é possível observar que as Secretarias de Educação têm usado de diferentes mecanismos para manter as aulas remotamente. Nesse sentido, os Estados tem adotado, como forma de levar adiante o ensino nas escolas, ferramentas, tais como: a) WhatsApp - Utilização para conversas individuais, em grupos ou através de listas de transmissão; b) Google Hangout e Google Meets: Plataformas de web que podem reunir em conferência de forma gratuita até 100 pessoas ao mesmo tempo; c) Skype: Plataforma de comunicação para uma quantidade reduzida de pessoas; d) Google Forms: para criação de avaliação, simulados e provas para resolução no formato digital; e) Microsoft Teams: para que se trabalhe em equipe usando chat, compartilhando arquivos e fazendo chamadas com vídeo; Instagram - através de lives, etc. A ideia é que o planejamento das ações pedagógicas deve estar alinhado com os componentes curriculares, de modo que não haja sobrecarga de atividades para os estudantes. Os estudantes e professores podem contar ainda com Canais Youtube e com transmissão de conteúdos via podcast, rádios, aplicativos dos mais variados e com diferentes funções que vão desde a entrega de conteúdos e atividades online e offline, até o monitoramento da doença nas escolas; ainda contam com a propagação de conteúdos pela televisão aberta e plataformas digitais, muitas delas pertencentes à iniciativa privada. Essas e outras medidas vêm sendo adotadas em praticamente todos os Estados da região Nordeste.

Assim como vem acontecendo com Secretaria de Educação de Sergipe, outros Estados estão recebendo amplo apoio das parceiras que tem colaborado na elaboração de um “Currículo Priorizado”, que prioriza as habilidades essenciais de cada ano dos Ensinos Fundamental e

Médio. Que são considerados como imprescindíveis de serem trabalhados no ano letivo de 2020 e 2021, ou enquanto durar a pandemia. Com o objetivo de se oferecer suporte pedagógico para o replanejamento docente e, principalmente, das escolas das redes públicas de ensino e rede particular, é que tem atuado a Fundação Lemann, Associação Bem Comum, Todos Pela Educação, Fundação Vale, Instituto Natura, Unicef Brasil, EloGroup e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, entre outros.

O *Currículo Priorizado*¹² trata-se de ações que vem sendo implementadas pela Fundação Lemann, no âmbito do Programa Formar que, baseadas nos pareceres nº 5, de 28 de abril de 2020¹³ e nº 11 de 07 de julho de 2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE), visam reordenar a trajetória escolar reunindo em um “continuum” o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente e a flexibilização curricular. Conforme o parecer,

Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior. Seria uma espécie de “ciclo emergencial”, ao abrigo do art. 23, “caput”, da Lei no. 9.394, de 1996 (BRASIL, 2020, p. 4).

As ações visam reordenar os objetivos da aprendizagem e flexibilizar o currículo, conforme consta no Parecer nº 11, de 07 de julho de 2020¹⁴, no item Flexibilização Curricular e Acadêmica:

revisão do currículo proposto e seleção dos objetivos ou marcos de aprendizagem essenciais previstos para o calendário escolar de 2020-2021; foco nas competências leitora e escritora, raciocínio lógico matemático, comunicação e solução de problemas. Planejar período integral ou carga horária maior para o ano escolar de 2020-2021; planejamento curricular para cumprir objetivos de aprendizagem não oferecidos em 2020. (BRASIL, 2020, p. 21)

¹² Atualmente vem sendo implementado pela Fundação Lemann em Amapá, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Sul, Goiás, Porto Velho – RO, Londrina – PR. Mas outros Estados, principalmente do Nordeste vem adotando estratégias semelhantes e com o apoio de outras parcerias.

¹³ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 >> Acesso em 02 de abril de 2021.

¹⁴ Disponível em: << <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-pcp011-20/file> >> Acesso em: 02 de abril de 2021.

É possível observar que nos Estados estão sendo aprofundadas as relações com a iniciativa privada na educação e que tem sido implementados currículos que priorizam as disciplinas de Português e Matemática. Nota-se também que as portarias e normas aplicadas no contexto da pandemia tem criado outras demandas para o trabalho docente: para além das aulas a serem ministradas e das atividades aplicadas, os professores precisam dispor de mais tempo para ir ao encontro dos alunos via meios digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais apontam para o aprofundamento das parcerias entre as redes estaduais e a iniciativa privada, a qual tem aproveitado esse momento para oferecer diferentes cursos, serviços e plataformas de apoio à professores, gestores e alunos. Isso parece enfraquecer o currículo escolar e alterar significativamente a atuação dos professores nas escolas, uma vez que as plataformas impõem determinadas formas de organização do trabalho docente e, ao mesmo tempo, a lógica do trabalho remoto também requer maior esforço e dedicação dos/das professoras no desenvolvimento das chamadas “aulas” virtuais. A questão da flexibilização curricular também se mostra como elemento preocupante, que pretendemos aprofundar na continuidade desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Política Cultural e Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- APPLE, Michael W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARTINS, E. M. **Todos pela educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2016.